

CNDH recebe a ativista Diva Santana, membra da Comissão de Mortos e Desaparecidos

Em homenagem ao Dia Nacional dos Direitos Humanos, comemorado ontem (12), o Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH recebeu hoje (13) a ativista Diva Santana, que tem vínculo familiar com desaparecidos políticos e membra titular da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (Lei n. 9.140/1995).

Durante a realização da 6ª Reunião Extraordinária do conselho, Diva Santana lembrou que o Dia Nacional de Luta pelos Direitos Humanos foi estabelecido em lei na data do aniversário do assassinato de Margarida Alves, ativista sindical de trabalhadores rurais e direitos humanos, ocorrido durante a ditadura civil-militar.

Santana contou sobre o ataque realizado por hackers em um debate virtual sobre direitos humanos. Os invasores passaram a insultar os participantes com ofensas de baixo calão, aparecendo seminus na tela. “É triste chegarmos a um retrocesso tão duro depois de um período de lutas libertárias. Nós, das organizações sociais, estamos correndo riscos. Estamos enfrentando uma pandemia e por isso estamos isolados. Além disso, estamos em ano eleitoral”, afirma. Ainda assim, ela defende o uso das ferramentas de comunicação: “Sou militante antiga e acho que nada substitui a nossa presença na rua, mas as lives têm realizado uma importante papel de levar as nossas mensagens”.

A conselheira Eneida Guimarães, que também militou no período da ditadura, chegando a viver na clandestinidade devido à perseguição sofrida, compartilhou o ocorrido no fim de julho, durante a reunião da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, com a fala do seu presidente, que afirmou que pessoas “se julgam atingidas” pelo regime ditatorial. A conselheira relatou a resposta de Santana, que informou não “julgar” ter sido atingida, já que sua irmã Dinaelza Santana Coqueiro foi executada de joelhos, sem nenhuma informação sobre o paradeiro do corpo. O marido, Vandick Reidner Coqueiro, também foi assassinado.

Guimarães destacou a importância de trazer à tona o passado do autoritarismo: “Nós que trabalhamos com direitos humanos temos que resguardar a história que está sendo construída no Brasil, lembrar as pessoas que no período da ditadura militar colocaram em risco seu próprio corpo pelo país, e afirmar que vivemos a democracia do luto, mas também a democracia da luta”, afirma. Santana concorda: “É preciso resgatar a história do nosso povo, de homens e mulheres. Se a gente não tem passado, fica difícil construir o futuro. Precisamos resistir”.

Para Santana, a lei da anistia aprovada em 1979 excluiu os chamados crimes conexos e também ignorou as pessoas mortas e desaparecidas durante o regime. “Muitas famílias só tiveram acesso ao caixão lacrado e não puderam ver os rostos. Outros não tiveram informação nenhuma sobre o paradeiro. Apesar de todos os esforços, com a Comissão da Anistia, a Comissão da Verdade e a Comissão de Mortos e Desaparecidos, ninguém oficialmente nos disse onde e quando morreram, onde estão enterrados. Não podemos esquecer quem lutou e deu a vida por liberdade, por democracia, por um país melhor.

É a luta dos nossos antepassados que nos inspira a enfrentar os reveses, como o que está aí. A nossa luta não acabou; eu continuo resistindo. Acho que é um dever nosso levantar a nossa bandeira”, conclui.

As questões apontadas pela convidada serão remetidas à Mesa do CNDH para análise de possíveis encaminhamentos.

A 6a reunião do CNDH ocorre de acordo com a Resolução n. 12, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre o estabelecimento de reuniões remotas a serem realizadas pelo Plenário, em caráter excepcional, em razão da pandemia global do novo coronavírus (covid-19).